



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/11/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADORES.....	2
2.2. SEM ASSUNTO.....	3
2.3. TJ-MA 200 ANOS.....	4 - 7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. TJ-MA 200 ANOS.....	8 - 10

Defensoria Pública do Estado inaugura Núcleo Regional de Zé Doca



Defensor Geral Aldy Mello Filho inaugura núcleo, ao lado da corregedora geral Fabiola Almeida Barros e defensores de Zé Doca

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) continua o processo de expansão dos seus serviços para o interior do estado. Na quarta-feira (30), foi inaugurada a sua 22ª unidade de atendimento, desta vez em Zé Doca. O núcleo atenderá, também, aos municípios de Araguañã e Newton Bello, termos judiciários da comarca.

A solenidade de inauguração foi presidida pelo defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho. Participaram da cerimônia a corregedora geral da DPE, Fabiola Almeida Barros; os defensores titulares no núcleo Évton Marques da Rocha e Luís Emilio Bittencourt Júnior; além de autoridades e representantes da sociedade civil da região.

Para o defensor público geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho, a atual direção da DPE/MA tem procurado ampliar a política pública de acesso à Justiça no Maranhão. "Já não somos a Defensoria estadual com o menor número proporcional de defensores nem com a menor cobertura geográfica, situação bem distinta daque-

la vivenciada há três anos, no início de nossa gestão, quando o Maranhão possuía a maior desproporção na relação defensor/habitante (1 para cada 105 mil) e o menor número de comarcas atendidas (apenas 2,76%)", afirmou.

Ele destacou que é longe dos centros urbanos e nos bolsões de pobreza que ocorrem o maior número de violações de direitos humanos, exatamente pela falta de órgãos de proteção, daí a importância da interiorização dos serviços da Defensoria.

O processo de interiorização, aliás, é o principal desafio da atual gestão da Defensoria. Segundo o Mapa da Defensoria Pública no Brasil, lançado este ano, pela Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), o Defensoria do Maranhão quadruplicou a sua presença no interior, já sendo um dos cinco estados mais populosos onde a instituição está presente em todas as comarcas com mais de 100 mil habitantes com renda de até três salários mínimos.

O desembargador Antonio Bayma Araújo bota o pé no jato hoje e vai rever Miami. Vai ver as novidades em eletrônicos e relaxar um pouco.

200 anos e Medalha

Sob a direção do desembargador Antonio Guerreiro Júnior, o Tribunal de Justiça do Maranhão celebra nesta segunda-feira, às 19h, com uma solenidade no Centro de Convenções Governador Pedro Neiva de Santana, seus 200 anos de instalação.

Mais de 600 autoridades civis, militares e religiosas, personalidades e servidores do Poder Judiciário serão homenageados durante a solenidade, com a entrega da "Medalha 200 anos", comemorativa do bicentenário. Cada desembargador do colegiado indicou cinco nomes para receber a comenda. E este Repórter PH será um dos homenageados, como indicado da presidente eleita para o próximo biênio, desembargadora Cleonice Silva Freire.

A medalha especial foi instituída em sessão administrativa do colegiado, como parte das comemorações alusivas à passagem do aniversário de instalação do Tribunal de Justiça, a terceira corte de Justiça estadual mais antiga do país, ocorrida em 4 de novembro de 1813.

A deputada Nice Lobão está circulando na cidade e hoje recebe a medalha dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão. Sábado, ela foi recepcionada com vinhos das melhores safras, por Sergio Bogéa e João Neto.

TJMA entrega medalha hoje em comemoração por seu bicentenário

Cidades 6

TJ do Maranhão completa 200 anos com solenidade

Durante evento de comemoração, hoje, será entregue a *Medalha 200 anos* a autoridades civis, militares e religiosas, servidores e pessoas da comunidade



Comemoração dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão acontece hoje, com exposição e solenidade

Terceira mais antiga corte de Justiça do Brasil, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão completa hoje 200 anos de instalação e as comemorações incluem uma solenidade, às 19h, no Centro de Convenções Governador Pedro Neiva de Santana, na Avenida Jerônimo de Albuquerque. Na ocasião, será entregue a *Medalha 200 Anos* para autoridades civis, militares e religiosas, além de servidores e pessoas da comunidade.

O desembargador Antonio Guerreiro Júnior, atual presidente da casa, sua vice, desembar-

gadora Maria Buna Magalhães, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, presidirão a solenidade. Após o ato solene, será aberta para visitação uma exposição comemorativa, com mostra de obras jurídicas, documentos raros e fotografias, entre outras peças que ajudam a contar a história da instituição.

Histórico - O Tribunal de Justiça do Maranhão foi instalado no dia 4 de novembro de 1813, em caráter provisório, na antiga Casa de Câmara e Senado, onde hoje está localizado o prédio da

Prefeitura Municipal, na Praça Pedro II, no centro de São Luís. Nesse dia, tomaram posse apenas cinco de seus membros e a Ata de Posse está guardada na biblioteca do Tribunal, com os respectivos autógrafos.

A origem desse tribunal remonta o período colonial, quando dom João VI ditava as regras da organização dos serviços jurídicos em uma vasta área territorial, ainda nos moldes das capitanias hereditárias. Na época, apenas duas cortes funcionavam no Brasil: a da Bahia (mais antiga) e a do Rio de Janeiro (1751). No século XIX, a capita-

Mais

Em dois séculos de história, o Tribunal de Justiça do Maranhão contabiliza diversos avanços e segue firme no cumprimento do seu papel institucional de promover a pacificação social e garantir a prestação da Justiça a todo cidadão maranhense.

nia maranhense reunia as vilas de Alcântara, Aldeias Altas, Vinhais, Icatu, Guimarães, Viana, Monção, Paço do Lumiar e São Luís, que não tinha mais de 18 mil habitantes.

Os entraves na aplicação da Justiça colonial eram um grande desafio, a exemplo da distância em relação à sede administrativa da monarquia. O desembargador aposentado Milson Coutinho destaca alguns detalhes curiosos acerca da instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão em seu livro intitulado *História do Tribunal de Justiça do Maranhão - Colônia - Império e República*, entre eles o fato de os membros da corte serem proibidos de entrar o recinto do tribunal armados e receber presentes. Além disso, tinham de ouvir missa celebrada por um capelão antes dos despachos diários.

Desafogar o Judiciário

Desenvolver e incentivar formas alternativas de resolução de conflitos que não passem pelo sistema judicial é tarefa cada vez mais urgente para o país.

Quando bem aplicados, tais mecanismos são de grande valia para as partes, pois decidem litígios com maior celeridade. São, além disso, relevantes para a sociedade, já que constituem oportunidade para desafogar o Judiciário brasileiro - no ano passado, tramitavam 92,2 milhões de processos.

Debatidos em audiência pública anteontem no Senado, dois projetos de lei podem estimular o uso desses institutos, aplicados com sucesso em diversos países, como EUA, Austrália e Canadá.

A principal mudança é a criação de um marco legal para a mediação extrajudicial no Brasil - pela qual as partes, antes do recurso à via judicial, escolhem um mediador imparcial para orientá-las e ajudá-las a chegar a um acordo.

Por esse caminho, não há imposição de uma decisão aos litigantes, mas, caso cheguem a uma solução consensual, devem honrá-la tal como uma sentença judicial.

Aplicável a inúmeras questões cotidianas, como disputas familiares, relações de consumo, planos de saúde e contratos bancários, a mediação, como se vê, pode ter grande impacto na

redução do estoque de processos na Justiça.

Já a arbitragem foi instituída no país em 1996 e é frequentemente utilizada em negócios de grande monta. Com

esse mecanismo, as partes elegem um ou mais terceiros - em geral, renomados especialistas no tema em disputa - para resolver a controvérsia. O

árbitro forma seu próprio convencimento sobre a questão, toma uma decisão e as partes devem cumpri-la tal qual a sentença de um juiz.

O projeto de lei sobre o tema expande hipóteses em que a arbitragem pode ser aplicada e traz importante inovação: seu uso em contratos com a administração pública.

A preocupação com o peso da litigância do Estado faz todo o sentido e repete-se na proposta de mediação extrajudicial - pelo projeto, disputas que envolvam órgãos do poder público também poderão ser resolvidas fora da Justiça.

Em suas variadas representações e esferas, o Estado brasileiro é parte em nada menos que 51% dos casos nos tribunais do país. Tentativas de desafogar o Judiciário que não levem em consideração esse aspecto dificilmente alcançarão o sucesso pretendido.

Resta saber se o Congresso saberá dar a esses dois projetos de lei a prioridade que merecem. (*Folha de S.Paulo*)

**Resta saber se o Congresso
saberá dar a esses dois
projetos de lei a prioridade
que merecem**

Tribunal de Justiça completa 200 anos de história com avanços

A maior instância do Judiciário maranhense realiza grande cerimônia de homenagem a pessoas que marcaram a história da entidade, que comemora melhorias em suas atividades e vem se modernizando ao longo dos anos.

POLÍTICA3

MEMÓRIA

TJMA comemora 200 anos de história

Maior instância do Judiciário maranhense chega ao seu bicentenário comemorando a evolução e a eficiência. Data será marcada por homenagens a personagens que construíram história do TJ

MARCUS SALDANHA

O bicentenário dos 200 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão será comemorado hoje, às 19h, no Centro de Convenções de São Luís, no Multicenter Sebrae. A cerimônia será conduzida pelo presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, que vai proferir o discurso de abertura aos homenageados e demais convidados.

"A passagem de tão significativa data constitui, a um só tempo, motivo de orgulho pelas conquistas já obtidas, como também de esperança e de superação dos inúmeros desafios que a prática forense, em sua peculiar dinâmica, apresenta a cada dia aos responsáveis pela definição dos rumos do Judiciário maranhense", afirma o presidente do TJMA, Antônio Guerreiro Júnior.

Durante a cerimônia, cerca de 700 autoridades civis, militares e religiosas, personalidades e servidores do Poder Judiciário serão homenageados com a entrega da medalha comemorativa do bicentenário. "A Medalha 200 anos é única e especial, por ter sido confeccionada, exclusivamente, para as homenagens em torno do aniversário do Tribunal. Ela foi instituída em sessão administrativa do colegiado, como parte das comemorações alusivas à passagem do aniversário de instalação do Tribunal de Justiça, a terceira corte de Justiça estadual mais antiga do país, ocorrida em 4 de novembro de



Fachada do prédio do Tribunal de Justiça, que comemora 200 anos hoje

1813", explica Guerreiro Júnior.

Estarão expostos ao público durante a solenidade documentos históricos, livros, fotografias, documentários e peças do acervo histórico do Poder Judiciário que enfocam fatos do passado e do presente sobre a atuação do Tribunal de Justiça. O material da mostra também exibe

folders, revistas e outras peças publicitárias produzidas sobre a temática dos 200 anos do TJ.

Autoridades importantes do Executivo, do Legislativo estadual e da Justiça serão homenageadas com a medalha, que também será entregue a servidores e pessoas simples da comunidade, destacou o presiden-

te do TJMA.

A programação comemorativa do bicentenário do TJMA teve início em maio de 2012, com a instituição de uma comissão organizadora para planejar e executar as atividades do aniversário, sob a presidência do desembargador Lourival Serejo. Dentre as atividades realizadas nos dois anos de atividade, a comissão lançou concurso público de redação para estudantes, selo e carimbo postais, ciclo de palestras da magistratura nas escolas, documentário e outras peças publicitárias de divulgação e exposição comemorativa.

Mulheres

200 anos depois, o Tribunal de Justiça do Maranhão vive um momento histórico singular onde pela primeira vez, três mulheres ocuparão a Mesa Diretora da Corte Jurídica no Estado. Neste mês foram eleitas as desembargadoras Cleonice Silva Freire, na presidência, Anildes Cruz na vice-presidência e Nelma Sarney como corregedora de Justiça. Na ocasião, a presidente que será empossada dia 20 de dezembro destacou a relevância do fato inédito: "Precisamos passar 200 anos para que a mesa diretora do Tribunal de Justiça fosse ocupada por mulheres. Vou ter a alegria de dividir o cotidiano da Corte com as duas", destacou Cleonice Freire. "Isso vai fazer parte da história do Tribunal", declarou a desembargadora, que considera que o maior desafio da instituição será corresponder às expectativas de todos.

TJ reflete a evolução da história do Judiciário maranhense

A história do Tribunal de Justiça do Maranhão reflete a própria evolução da Justiça maranhense, que em 1813 ganhou a terceira mais antiga Corte brasileira. O desembargador aposentado e historiador Milson Coutinho conta que as lutas entre o capitão-general D. Francisco de Melo Manuel da Câmara e o Ouvidor Des. Luiz de Oliveira Figueirêdo e Almeida, bem como a necessidade de se facilitarem os recursos que do norte eram tomados, para os tribunais do sul (Bahia e Rio de Janeiro), bem assim os insistentes pedidos dos principais da terra para que fosse instalado, no Maranhão, um Tribunal, teriam levado D. João VI

a se decidir pela criação, em São Luís, de um Tribunal da Relação.

"Pilhas imensas de processos que corriam nos juízos de primeiro grau e a grande quantidade de presos a quem ainda não se formara culpa terão reforçado a ideia da criação da Corte judiciária, fato que em breve se tornaria realidade, para gáudio dos maranhenses e melhor aplicação da Justiça", explica. John Armitage, em sua *História do Brasil*, assevera que a criação de Tribunais no primeiro reinado veio atenuar, de modo sensível, os abusos dos capitães-generais, eles que se arvoraram em verdadeiros proprietários das infelizes capitânias para onde eram despacha-

dos. A par disso, as Capitânias do Amazonas, Pará, Piauí, e Ceará-Grande, formando grande área territorial no norte do Brasil, igualmente andavam com seus problemas judiciários, quer no atraso dos recursos interpostos, quer na execução de decisões que necessitavam da chancela de um órgão de segundo grau.

Para Coutinho, São Luís do Maranhão era a que melhor reunia bases para a implantação do Tribunal, por isso, D. João baixou a Resolução de 23 de agosto de 1811, tomada perante a Mesa da Consciência e Ordens e, logo no ano seguinte, por alvará de maio de 1812, ordenava a expedição do Regimento da Relação, que viria

a se instalar em 1813, na Casa da Câmara de São Luís do Maranhão, fato que concretizou-se no dia 4 de novembro de 1813, em solenidade a que compareceram as altas dignidades do executivo, clero e legislativo do Maranhão.

Permaneceu por muitos anos o Tribunal na Casa da Câmara enquanto se reaparelhava a sua sede, que é a chefatura de Polícia dos dias correntes (Rua da Palma, esquina com 14 de Julho). Foi apenas no ano de 1948 que o Tribunal de Justiça passou a ter sede própria, à Praça Pedro II, e cuja construção fora iniciada pelo interventor Paulo Ramos, concluída pelo governador Sebastião Archer.